

ITUMBIARA-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUMBIARA - GOIÁS

Agente de Apoio ao Docente

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2025

CÓD: SL-063JN-25
7908433269519

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva	9
2. Interpretação de textos.....	14
3. Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica	15
4. Gramática normativa	16
5. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto	16
6. Mecanismos de coesão e coerência	17
7. Tipos de argumento	20
8. Classificação gramatical	20
9. Processo de formação de palavras.....	29
10. Análise morfosintática. Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração	31
11. Fenômenos gramaticais e construção de significados na língua portuguesa	35
12. Concordância verbal e nominal	36
13. Regência verbal e nominal.....	37
14. Colocação pronominal	39

Matemática

1. Conjuntos numéricos. Números naturais e números inteiros: operações e relação de ordem. Números racionais e reais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto. Números complexos: conceito, operações e representação geométrica.....	49
2. Divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos.....	62
3. Progressão aritmética e progressão geométrica: razão, termo geral e soma dos termos	66
4. Noções de matemática financeira: razão, proporção, porcentagem, juros simples e compostos	68
5. Equações e inequações.....	72
6. Conceito, representação gráfica e aplicações das funções: afim, quadrática, exponencial e modulares	76
7. Sistemas de equações: conceito, resolução, discussão e representação geométrica.....	91
8. Noções de estatística: apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos. Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda. Medidas de dispersão: variância, desvio padrão e coeficiente de variação	94
9. Trigonometria: ângulos: trigonometria no triângulo retângulo e propriedades das funções trigonométricas	103
10. Geometria plana: polígonos regulares, perímetro, áreas	107
11. Geometria espacial: poliedros regulares, perímetro, áreas, volumes	109

Atualidades E História, Geografia E Conhecimentos Gerais De Goiás E De Itumbiara

1. Temas relevantes em evidência no Brasil e no mundo e suas conexões com o contexto histórico atual	119
2. Pobreza e fome	119
3. Mundo do trabalho.....	121
4. Saúde, surtos e epidemias	123

5. Questões atuais do meio ambiente e desastres ambientais.....	125
6. Arte e cultura	129
7. Goiás: a colonização e a época mineradora.....	130
8. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo; natureza.....	136
9. Cultura e turismo em goiás.....	138
10. Aspectos histórico-geográficos de itumbiara-go.....	141

Noções de Informática

1. Família de sistemas operacionais microsoft windows para microcomputadores pessoais: interface gráfica do usuário e seus elementos, além da utilização da ajuda e suporte e dos atalhos de teclado; configurações e painel de controle, abrangendo a solução de problemas; aplicativos pertencentes ao windows (bloco de notas, paint, wordpad e mapa de caracteres).....	147
2. Gerenciamento de arquivos e pastas, incluindo os tipos de arquivos e suas extensões e a pesquisa e localização de conteúdo.....	190
3. Procedimentos de backup e gerenciamento de impressão	192
4. Instalação, desinstalação ou alteração de programas e ativação ou desativação de recursos, incluindo a configuração de aplicativos	194
5. Compactação e extração de conteúdo a partir de arquivos zip.....	195
6. Aplicativos para escritórios por meio de software livre e de software proprietário.....	195
7. Processador de textos (criação, edição e formatação de textos e recursos voltados à automação de documentos)	197
8. Planilha eletrônica (tipos de dados e referências, criação de planilhas e gráficos, inserindo fórmulas aritméticas e fórmulas baseadas em funções de planilha, configuração de página e impressão, formatação de células e formatação condicional, validação de dados e aplicação de filtros e obtenção de dados de fontes externas.....	213
9. Gerador de apresentação (criação de slides, formatação e inserção de imagens e objetos e efeitos de transição e animações, apresentação de slides e exportação para o formato pdf)	233
10. Navegadores de internet, serviços de busca na web e uso do correio eletrônico. Navegação e exibição de sítios da web. Gerenciamento das configurações dos principais navegadores para a internet.....	245
11. Serviços de correio eletrônico	252

Legislação

1. Ética no setor público	261
2. Lei nº 8.429/1992 E suas alterações	263
3. Lei nº 9.784/1999 E suas alterações (processo administrativo).....	272
4. Acesso à informação: lei nº 12.527/2011	278
5. Decreto nº 7.724/2012	285
6. Decreto nº 9.830/2019	296
7. Princípios fundamentais da constituição federal de 1988: direitos e garantias fundamentais; direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; da organização do estado: união, estados, municípios, distrito federal e territórios; da administração pública: dos servidores públicos; da organização dos poderes	299
8. Princípios de direito administrativo	350
9. Atos administrativos: elementos e atributos	354
10. Agentes públicos: agentes políticos e servidores públicos	365

Conhecimentos Específicos

Agente de Apoio ao Docente

1. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	407
2. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	409
3. O processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento da criança	410
4. Teorias e Práticas Pedagógicas na Educação Infantil.....	413
5. Fases do desenvolvimento infantil (0 a 6 anos)	415
6. Inclusão e diversidade na educação infantil	421
7. Planejamento, Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico em creches e pré-escolas	423
8. A função social do ensino: os objetivos educacionais, os conteúdos de aprendizagem.....	426
9. A pluralidade cultural no cotidiano escolar	427
10. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990 (ECA) e suas alterações	429
11. Afetividade e construção de vínculos na Educação Infantil	468
12. O papel das interações e brincadeiras na Educação Infantil.....	470
13. Especificidades no cuidado e na educação das crianças de 0 a 6 anos.....	472
14. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996: prerrogativas e alterações para a Educação Infantil...	474
15. Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 205 a 214)	493

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS. SEQUÊNCIAS TEXTUAIS: DESCRITIVA, NARRATIVA, ARGUMENTATIVA, INJUNTIVA

— Introdução

O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

— Tipos Textuais: Definição e Características Gerais

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

– Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.

– A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.

– O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.

Exemplos de gêneros textuais descritivos: anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.

Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

– Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).

– A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.

– A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.

– **Exemplos de gêneros textuais injuntivos:** receitas culinárias, bulas de remédio, manuais de instrução, regulamentos e editais.

Tipo Textual Expositivo

O texto expositivo tem como principal objetivo informar, esclarecer ou explicar determinado assunto ao leitor. Sua função é apresentar informações de forma clara, imparcial e objetiva, sem a intenção de convencer ou influenciar.

Características principais:

– Apresenta uma estrutura clara, com introdução, desenvolvimento e conclusão.

– Uso de linguagem formal, objetiva e impessoal.

– O verbo é empregado predominantemente no presente, e a organização das ideias segue uma sequência lógica e ordenada.

Exemplos de gêneros textuais expositivos: enciclopédias, artigos científicos, verbetes de dicionário, palestras e entrevistas.

Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

O tipo dissertativo-argumentativo é amplamente utilizado em redações de concursos e vestibulares. Seu objetivo é expor ideias, discutir um tema e defender um ponto de vista, utilizando argumentos consistentes e bem estruturados.

Características principais:

– Estrutura típica com introdução (apresentação da tese), desenvolvimento (argumentos) e conclusão (reforço ou síntese da ideia principal).

– Presença de elementos que visam convencer o leitor, como citações, dados estatísticos, exemplos e comparações.

– Uso de verbos no presente, em primeira ou terceira pessoa, dependendo do grau de formalidade.

Exemplos de gêneros textuais dissertativo-argumentativos: artigos de opinião, editoriais, ensaios, resenhas e cartas argumentativas.

Tipo Textual Narrativo

O tipo narrativo é aquele em que o autor conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, um enredo, tempo e espaço. A narrativa envolve a apresentação de eventos que se desenrolam ao longo do tempo, seguindo uma sequência lógica.

Características principais:

– Presença de personagens, narrador, enredo, tempo e espaço.

– Uso predominante de verbos no pretérito, que conferem a ideia de acontecimentos já ocorridos.

– Pode adotar diferentes tipos de narrador, como o narrador em primeira pessoa (participa da história) ou o narrador em terceira pessoa (observador ou onisciente).

Exemplos de gêneros textuais narrativos: contos, romances, fábulas, crônicas e lendas.

— Relação Entre os Tipos Textuais e a Função Comunicativa

Os tipos textuais servem como base para a construção de qualquer texto e têm uma função comunicativa que orienta a escolha das estruturas gramaticais, do vocabulário e do estilo de escrita. Por exemplo, ao produzir um texto narrativo, espera-se que haja uma sequência de ações e eventos; ao criar um texto dissertativo-argumentativo, é necessário apresentar e defender uma ideia de forma lógica e coerente.

A compreensão das características dos tipos textuais é fundamental para que os candidatos sejam capazes de identificar a estrutura e a finalidade dos textos em provas de concursos públicos, assim como para que possam produzir redações de acordo com as exigências da banca examinadora. Portanto, o conhecimento aprofundado dos tipos textuais é um diferencial importante para o sucesso em questões que abordam análise e produção textual.

Análise dos Principais Tipos Textuais

Os tipos textuais são a base que orienta a construção e a organização de um texto, guiando a forma como as informações são apresentadas e recebidas pelo leitor. A seguir, analisaremos em detalhes os cinco principais tipos textuais: descritivo, injuntivo, expositivo, dissertativo-argumentativo e narrativo, destacando suas características, usos e exemplos práticos. Esse entendimento é fundamental para a interpretação e produção de textos, especialmente em contextos como concursos públicos e vestibulares, nos quais a capacidade de identificar e aplicar os tipos textuais é frequentemente avaliada.

Tipo Textual Descritivo

O tipo textual descritivo tem como objetivo pintar uma imagem mental de um objeto, pessoa, ambiente, situação ou sentimento, fornecendo detalhes que ajudam o leitor a “visualizar” o que está sendo descrito. É comum encontrar a descrição em textos literários, em que o autor deseja criar um cenário ou caracterizar um personagem, mas ela também aparece em textos não literários, como anúncios classificados, cardápios e laudos médicos.

Características principais:

– **Uso de adjetivos e locuções adjetivas:** Proporcionam detalhes sobre características físicas ou emocionais do que está sendo descrito.

– **Verbos de ligação:** Verbos como “ser”, “estar” e “parecer” são frequentes, pois ajudam a conectar as características ao objeto descrito.

– **Detalhamento minucioso:** Enumeração de características que podem incluir cor, forma, tamanho, textura, cheiro e emoções, tornando a descrição rica e detalhada.

– **Estilo estático:** A descrição não envolve ação ou movimento; o foco é a apresentação das características.

– **Exemplos de uso:** Biografias, descrições em romances, relatórios técnicos e anúncios de classificados.

Exemplo prático: “A casa era pequena, de paredes brancas, janelas azuis e telhado vermelho. O jardim à frente era bem cuidado, com flores amarelas e rosas que exalavam um perfume suave.”

Tipo Textual Injuntivo

O tipo textual injuntivo, também chamado de instrucional, tem como finalidade orientar, instruir ou ordenar o leitor a realizar uma determinada ação. Esse tipo é utilizado em textos que apresentam comandos, instruções ou regras, e é bastante comum em manuais de instruções, receitas culinárias, editais de concursos e regulamentos.

Características principais:

– **Uso de verbos no modo imperativo:** O uso de verbos como “faça”, “coloque”, “misture” é frequente, indicando instruções claras e diretas.

– **Frases curtas e objetivas:** O texto é conciso e vai direto ao ponto, facilitando a compreensão do leitor.

– **Linguagem clara e prática:** Evita ambiguidades e busca a eficiência na comunicação.

– **Exemplos de uso:** Receitas de culinária, manuais de instruções, leis, regulamentos e bulas de remédio.

Exemplo prático: “Misture a farinha e o fermento em uma tigela. Adicione o leite aos poucos, mexendo bem para não formar grumos. Cozinhe em fogo baixo até engrossar.”

Tipo Textual Expositivo

O tipo textual expositivo tem a função de expor, informar ou explicar um tema, fato ou conceito ao leitor de forma clara e objetiva, sem a intenção de convencer ou influenciar. É comu-

mente utilizado em textos que têm como objetivo transmitir conhecimento, como artigos acadêmicos, enciclopédias, resumos, verbetes e reportagens informativas.

Características principais:

– **Organização lógica:** O texto geralmente é estruturado com introdução, desenvolvimento e conclusão, apresentando o tema de maneira ordenada.

– **Linguagem clara e objetiva:** Não há subjetividade ou opiniões pessoais; o foco é fornecer informações de forma neutra.

– **Presença de exemplos, definições e explicações:** Para facilitar a compreensão do leitor, o autor utiliza recursos que ajudam a esclarecer o tema.

– **Exemplos de uso:** Textos didáticos, verbetes de dicionário, palestras, conferências e resumos.

Exemplo prático: “A água é uma substância composta por dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio (H₂O). Ela é essencial para a vida e cobre cerca de 71% da superfície do planeta.”

Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

O tipo dissertativo-argumentativo é um dos mais cobrados em provas e concursos públicos. Seu objetivo é discutir um tema, apresentar um ponto de vista e convencer o leitor de uma determinada opinião ou tese. Para isso, o texto utiliza argumentos sólidos e bem estruturados, com exemplos, dados e referências que reforçam a posição defendida.

Características principais:

– **Estrutura bem definida:** Composto por introdução (apresentação da tese), desenvolvimento (apresentação dos argumentos) e conclusão (reforço da tese ou proposta de solução).

– **Uso de recursos argumentativos:** Inclui citações, exemplos, comparações, dados estatísticos e contra-argumentos para fundamentar a tese.

– **Linguagem formal e objetiva:** O texto deve ser claro, coerente e evitar gírias ou expressões coloquiais.

– **Exemplos de uso:** Redações de concursos, artigos de opinião, editoriais, ensaios e monografias.

Exemplo prático: “A educação é a chave para o desenvolvimento de um país. Investir em escolas e formação de professores é fundamental para garantir um futuro próspero, pois é através do conhecimento que se forma uma sociedade consciente e preparada para os desafios do mundo moderno.”

Tipo Textual Narrativo

O tipo textual narrativo conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, acontecimentos, tempo e espaço. É muito utilizado em textos literários, mas também pode aparecer em relatos de experiências, anedotas, notícias e biografias.

Características principais:

– **Presença de enredo:** A narrativa possui uma sequência de eventos que formam a trama da história.

– **Elementos essenciais:** Envolve personagens, tempo (quando a história acontece), espaço (onde ocorre), narrador (quem conta a história) e conflito (problema ou situação a ser resolvida).

– **Uso de verbos no passado:** O tempo verbal predominante é o pretérito, pois as ações narradas geralmente já ocorreram.

– **Exemplos de uso:** Contos, romances, crônicas, lendas e notícias.

Exemplo prático: “João sempre sonhou em ser piloto. Desde criança, colecionava aviõezinhos de papel e passava horas imaginando-se voando pelo céu. Um dia, decidiu que era hora de transformar seu sonho em realidade e se inscreveu em uma escola de aviação.”

Relação Entre os Tipos Textuais e os Gêneros Textuais

Enquanto os tipos textuais representam a estrutura e o propósito de um texto, os gêneros textuais são as diversas formas que esses tipos assumem na prática. Por exemplo, um tipo narrativo pode aparecer em gêneros como conto, novela, fábula ou notícia. Compreender essas diferenças é essencial para responder questões de interpretação de texto em provas e para a produção de redações que atendam às exigências de concursos públicos.

A análise dos tipos textuais oferece uma base sólida para entender a organização e a intenção comunicativa de qualquer texto. Ao reconhecer os elementos que caracterizam cada tipo, o leitor e o escritor se tornam capazes de interpretar e produzir textos com maior eficiência e precisão, habilidades indispensáveis para quem se prepara para provas e concursos.

– Gêneros Textuais: Conceito e Exemplos

Os gêneros textuais são formas concretas e específicas de comunicação que se manifestam a partir dos tipos textuais, adaptando-se às variadas situações de interação e necessidades sociais. Ao contrário dos tipos textuais, que são modelos mais abstratos e fixos, os gêneros textuais são mais diversificados, dinâmicos e abrangem uma vasta gama de possibilidades que atendem a diferentes finalidades comunicativas. Eles refletem o modo como as pessoas se comunicam em situações do cotidiano, podendo variar de acordo com o contexto, o meio de circulação, a intenção do emissor e as expectativas do receptor.

Conceito de Gêneros Textuais

Os gêneros textuais representam as diversas formas que os textos assumem para atender às demandas da comunicação em diferentes contextos. Eles surgem a partir da combinação das características dos tipos textuais, resultando em produções que cumprem funções comunicativas específicas, como informar, convencer, instruir, divertir, relatar, entre outras. Por isso, os gêneros textuais são múltiplos e estão em constante transformação, acompanhando as mudanças culturais, tecnológicas e sociais.

Ao longo do tempo, surgem novos gêneros e outros se transformam ou desaparecem, adaptando-se aos avanços tecnológicos e aos novos meios de comunicação. Por exemplo, com o surgimento da internet, novos gêneros textuais, como e-mails, blogs, postagens em redes sociais e mensagens de WhatsApp, passaram a fazer parte do nosso cotidiano, refletindo as mudanças na maneira como nos comunicamos.

Características dos Gêneros Textuais

– **Variabilidade e adaptabilidade:** Os gêneros textuais são variados e se adaptam a diferentes situações comunicativas, podendo surgir novos gêneros ou modificações nos já existentes.

– **Função social:** Cada gênero textual cumpre uma função social, seja informar, persuadir, instruir, divertir ou expressar sentimentos.

– **Estrutura e linguagem específicas:** Embora sejam flexíveis, os gêneros possuem características estruturais e linguísticas próprias que os identificam, como o formato, o estilo e o vocabulário.

– **Contexto e intencionalidade:** A escolha de um gênero textual depende do contexto de comunicação e da intenção do emissor, ou seja, do objetivo que se quer alcançar com o texto.

Exemplos de Gêneros Textuais em Relação aos Tipos Textuais

Os gêneros textuais podem ser classificados de acordo com o tipo textual predominante que utilizam. A seguir, apresentamos uma análise dos gêneros textuais mais comuns, associando-os aos respectivos tipos textuais:

– Gêneros Descritivos

Os gêneros descritivos são aqueles em que a descrição é a principal característica. Esses gêneros buscam retratar objetos, lugares, pessoas, sentimentos ou situações de forma detalhada, permitindo que o leitor forme uma imagem clara do que está sendo apresentado.

Exemplos de gêneros descritivos:

– **Biografia:** Texto que narra a vida de uma pessoa, apresentando detalhes sobre sua trajetória, conquistas e momentos importantes.

– **Diário:** Registro pessoal de acontecimentos do dia a dia, sentimentos e reflexões.

– **Anúncios classificados:** Pequenos textos que descrevem produtos, serviços ou oportunidades de forma objetiva e concisa.

– **Currículo:** Documento que apresenta as qualificações, experiências e habilidades profissionais de uma pessoa.

Exemplo prático de anúncio classificado: “Vende-se apartamento de 2 quartos, sala ampla, cozinha, banheiro e área de serviço. Localizado no centro da cidade, próximo a supermercados e escolas.”

– Gêneros Injuntivos

Os gêneros injuntivos visam instruir, orientar ou ordenar o leitor a realizar uma determinada ação. Eles apresentam informações de forma clara e objetiva, com o uso frequente de verbos no modo imperativo.

Exemplos de gêneros injuntivos:

– **Receita culinária:** Orienta o leitor sobre como preparar um prato, listando os ingredientes e o modo de preparo.

– **Manual de instruções:** Fornece instruções sobre como utilizar um equipamento ou produto de forma correta e segura.

– **Bula de remédio:** Informa sobre a composição, dosagem, indicações e contra-indicações de um medicamento.

– **Regulamento:** Estabelece regras e normas para o funcionamento de atividades, eventos ou organizações.

Exemplo prático de manual de instruções: “Para ligar o aparelho, pressione o botão vermelho por 3 segundos. Aguarde até que o visor exiba a mensagem de inicialização. Para desligar, pressione o mesmo botão até que o visor se apague.”

– Gêneros Expositivos

Os gêneros expositivos têm como principal objetivo informar ou explicar um determinado assunto ao leitor, de forma clara, objetiva e imparcial, sem a intenção de influenciar ou persuadir.

Exemplos de gêneros expositivos:

– **Artigos científicos:** Apresentam resultados de pesquisas e estudos, explicando conceitos e teorias de forma detalhada e fundamentada.

– **Verbetes de dicionário ou enciclopédia:** Definem termos, conceitos ou informações de maneira objetiva e concisa.

– **Palestras e conferências:** Exposições orais que abordam temas específicos com o intuito de informar ou educar o público.

– **Reportagens informativas:** Apresentam fatos e acontecimentos de forma detalhada, sem emitir opiniões.

Exemplo prático de verbete de enciclopédia: “O DNA (ácido desoxirribonucleico) é a molécula que contém as informações genéticas de todos os seres vivos. Ele é responsável por transmitir as características hereditárias de uma geração para outra.”

– Gêneros Dissertativo-Argumentativos

Os gêneros dissertativo-argumentativos são utilizados quando o objetivo é apresentar um ponto de vista, discutir um tema e convencer o leitor de determinada opinião, utilizando argumentos bem fundamentados.

Exemplos de gêneros dissertativo-argumentativos:

– **Artigo de opinião:** Texto em que o autor apresenta seu ponto de vista sobre um assunto, utilizando argumentos para defender sua posição.

– **Editorial:** Texto opinativo que representa a opinião de um veículo de comunicação sobre temas relevantes.

– **Carta de opinião:** Manifestação escrita de opinião sobre um assunto de interesse público, geralmente enviada para jornais ou revistas.

– **Ensaios acadêmicos:** Textos em que o autor explora um tema, apresentando argumentos e reflexões pessoais.

Exemplo prático de artigo de opinião: “A educação é o caminho para a transformação social. Investir em escolas, professores e em um currículo que valorize a formação crítica dos estudantes é a chave para construir um país mais justo e desenvolvido.”

– Gêneros Narrativos

Os gêneros narrativos são aqueles que apresentam uma sequência de eventos, reais ou fictícios, envolvendo personagens, tempo e espaço. Nesses gêneros, há um enredo que guia a narrativa, e o leitor acompanha o desenvolvimento dos fatos.

Exemplos de gêneros narrativos:

– **Conto:** Narrativa curta que apresenta uma história com poucos personagens e um enredo compacto.

– **Romance:** Narrativa longa e complexa que desenvolve histórias com múltiplos personagens e tramas.

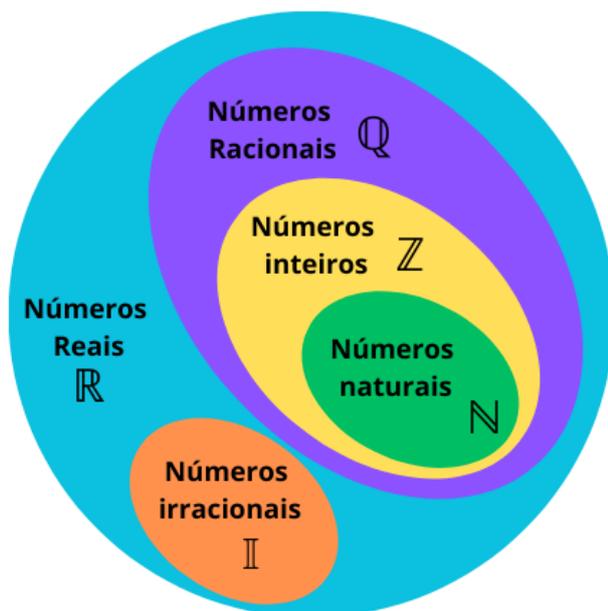
MATEMÁTICA

CONJUNTOS NUMÉRICOS. NÚMEROS NATURAIS E NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES E RELAÇÃO DE ORDEM. NÚMEROS RACIONAIS E REAIS: OPERAÇÕES, RELAÇÃO DE ORDEM, PROPRIEDADES E VALOR ABSOLUTO. NÚMEROS COMPLEXOS: CONCEITO, OPERAÇÕES E REPRESENTAÇÃO GEOMÉTRICA

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

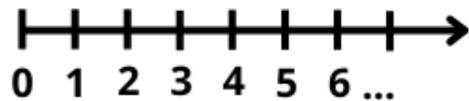
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

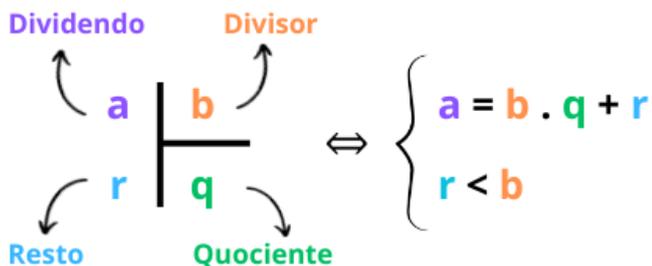
Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em N

- 1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$
- 3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$
- 4) Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- 5) Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$
- 6) Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$
- 7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- 8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- 9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1. Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6): $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2$.

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

2. João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Solução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

3. Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
 (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Solução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$
 Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
 (B) 2
 (C) 3
 (D) 4
 (E) 5

Solução:

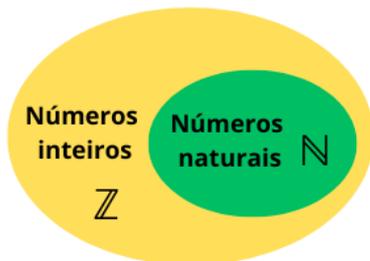
Divisão: $32 \div 6 = 5$ grupos completos, com $32 - (6 \times 5) = 2$ alunos sobrando.

Resposta: B.

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$Z = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$



O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

$Z_+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos.

$Z_- = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0\}$: conjunto dos números inteiros não positivos.

$Z^*_+ = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.

$Z^*_- = \{\dots, -4, -3, -2, -1\}$: conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.

Módulo

O módulo de um número inteiro é a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Ele é representado pelo símbolo $| \cdot |$.

O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$

O módulo de +6 é 6 e indica-se $|+6| = 6$

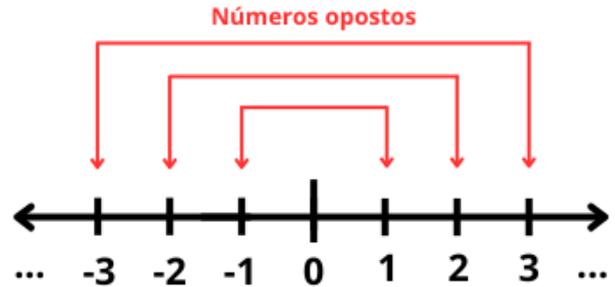
O módulo de -3 é 3 e indica-se $|-3| = 3$

O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

Números Opostos

Dois números inteiros são considerados opostos quando sua soma resulta em zero; dessa forma, os pontos que os representam na reta numérica estão equidistantes da origem.

Exemplo: o oposto do número 4 é -4, e o oposto de -4 é 4, pois $4 + (-4) = (-4) + 4 = 0$. Em termos gerais, o oposto, ou simétrico, de "a" é "-a", e vice-versa; notavelmente, o oposto de zero é o próprio zero.



Operações com Números Inteiros

Adição de Números Inteiros

Para facilitar a compreensão dessa operação, associamos a ideia de ganhar aos números inteiros positivos e a ideia de perder aos números inteiros negativos.

Ganhar 3 + ganhar 5 = ganhar 8 ($3 + 5 = 8$)

Perder 4 + perder 3 = perder 7 ($-4 + (-3) = -7$)

Ganhar 5 + perder 3 = ganhar 2 ($5 + (-3) = 2$)

Perder 5 + ganhar 3 = perder 2 ($-5 + 3 = -2$)

Observação: O sinal (+) antes do número positivo pode ser omitido, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

Subtração de Números Inteiros

A subtração é utilizada nos seguintes casos:

- Ao retirarmos uma quantidade de outra quantidade;
- Quando temos duas quantidades e queremos saber a diferença entre elas;
- Quando temos duas quantidades e desejamos saber quanto falta para que uma delas atinja a outra.

A subtração é a operação inversa da adição. Concluímos que subtrair dois números inteiros é equivalente a adicionar o primeiro com o oposto do segundo.

Observação: todos os parênteses, colchetes, chaves, números, etc., precedidos de sinal negativo têm seu sinal invertido, ou seja, representam o seu oposto.

Multipliação de Números Inteiros

A multiplicação funciona como uma forma simplificada de adição quando os números são repetidos. Podemos entender essa situação como ganhar repetidamente uma determinada quantidade. Por exemplo, ganhar 1 objeto 15 vezes consecutivas significa ganhar 15 objetos, e essa repetição pode ser indicada pelo símbolo “x”, ou seja: $1 + 1 + 1 + \dots + 1 = 15 \times 1 = 15$.

Se substituirmos o número 1 pelo número 2, obtemos: $2 + 2 + 2 + \dots + 2 = 15 \times 2 = 30$

Na multiplicação, o produto dos números “a” e “b” pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

Divisão de Números Inteiros

Considere o cálculo: $-15/3 = q$ à $3q = -15$ à $q = -5$

No exemplo dado, podemos concluir que, para realizar a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro (diferente de zero), dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

No conjunto dos números inteiros Z , a divisão não é comutativa, não é associativa, e não possui a propriedade da existência do elemento neutro. Além disso, não é possível realizar a divisão por zero. Quando dividimos zero por qualquer número inteiro (diferente de zero), o resultado é sempre zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

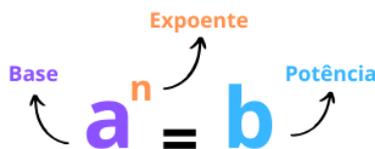
Regra de sinais

Multiplicação		Divisão
$\oplus \times \oplus = \oplus$		$\oplus \div \oplus = \oplus$
$\ominus \times \ominus = \oplus$		$\ominus \div \ominus = \oplus$
$\ominus \times \oplus = \ominus$		$\ominus \div \oplus = \ominus$
$\oplus \times \ominus = \ominus$		$\oplus \div \ominus = \ominus$

Potenciação de Números Inteiros

A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a base e o número n é o expoente.

$a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, ou seja, a é multiplicado por a n vezes.



- Qualquer potência com uma base positiva resulta em um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é par, então o resultado é um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é ímpar, então o resultado é um número inteiro negativo.

TEMAS RELEVANTES EM EVIDÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO E SUAS CONEXÕES COM O CONTEXTO HISTÓRICO ATUAL

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato

como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

POBREZA E FOME

A pobreza e a fome são dois dos desafios humanitários mais urgentes e persistentes enfrentados pela sociedade global. Ambos os fenômenos estão interligados e resultam de uma complexa rede de fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais. A pobreza, caracterizada pela falta de recursos financeiros e pelo acesso limitado a bens e serviços essenciais, afeta milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. A fome, por sua vez, é uma das consequências mais graves da pobreza, manifestando-se na forma de desnutrição e insegurança alimentar severa. Embora a fome possa ser causada por desastres naturais, guerras e crises econômicas, ela está frequentemente associada a condições de pobreza estrutural e desigualdade social.

A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que bilhões de pessoas vivem em situação de pobreza ao redor do mundo, sendo que uma parcela significativa enfrenta dificuldades extremas para suprir suas necessidades básicas, como alimentação, moradia e acesso a água potável. A fome, que atinge milhões de indivíduos todos os anos, não se limita apenas à falta de alimentos, mas também à deficiência de nutrientes essenciais para o desenvolvimento físico e mental adequado. Esse problema afeta, de forma desproporcional, grupos vulneráveis, como crianças, idosos e populações de regiões rurais e periféricas.

Os fatores que contribuem para a perpetuação da pobreza e da fome são variados e incluem desde a distribuição desigual de renda até a falta de infraestrutura adequada em comunidades marginalizadas. A baixa escolaridade e a falta de acesso a oportunidades de emprego de qualidade dificultam a ascensão social de famílias inteiras, criando um ciclo intergeracional de pobreza.

Além disso, conflitos armados e crises políticas podem agravar a insegurança alimentar, forçando populações inteiras ao deslocamento e dificultando a produção e a distribuição de alimentos.

Diante desse cenário, organizações internacionais, governos e a sociedade civil desenvolvem estratégias para combater a pobreza e a fome, promovendo políticas de segurança alimentar, programas de transferência de renda e iniciativas voltadas para a geração de emprego e renda. No entanto, apesar dos avanços alcançados em algumas regiões, a erradicação desses problemas ainda exige um esforço coordenado e global. É necessário compreender as raízes da pobreza e seus impactos diretos e indiretos na fome para que medidas eficazes sejam implementadas. Nos próximos tópicos, serão exploradas as causas estruturais desses problemas e as estratégias adotadas para mitigá-los.

Causas Estruturais da Pobreza e da Fome

A pobreza e a fome são fenômenos complexos e multifatoriais, resultantes de uma combinação de fatores estruturais que limitam o acesso de milhões de pessoas a condições dignas de vida. Entre as principais causas da pobreza estão a desigualdade econômica, a falta de acesso à educação e ao emprego, a concentração de riqueza, a instabilidade política e os impactos ambientais. A fome, por sua vez, está diretamente relacionada à pobreza, mas também sofre influência de questões como a produção e distribuição de alimentos, mudanças climáticas e crises humanitárias. A compreensão dessas causas é essencial para o desenvolvimento de políticas eficazes que combatam esses problemas de forma sustentável.

A desigualdade econômica é uma das principais razões que perpetuam a pobreza. Em muitas sociedades, a distribuição de renda é extremamente concentrada, resultando em uma grande parcela da população sem acesso a recursos básicos. A falta de políticas públicas eficientes para redistribuir a riqueza e proporcionar oportunidades iguais para todos contribui para que milhões de pessoas permaneçam presas ao ciclo da pobreza. Além disso, a escassez de empregos formais e a informalidade no mercado de trabalho fazem com que muitas famílias tenham rendimentos insuficientes para suprir suas necessidades, tornando a insegurança alimentar uma realidade cotidiana.

A educação é outro fator determinante na perpetuação da pobreza. O acesso limitado à educação de qualidade impede que indivíduos desenvolvam habilidades e competências necessárias para conseguir empregos bem remunerados. Em diversas regiões do mundo, crianças e jovens de famílias pobres enfrentam dificuldades para frequentar a escola devido à necessidade de trabalhar desde cedo para complementar a renda familiar. Essa situação gera um ciclo intergeracional, no qual a pobreza se perpetua, uma vez que a falta de qualificação profissional reduz as chances de ascensão social.

Além dos fatores econômicos e educacionais, a instabilidade política e os conflitos armados são causas significativas da pobreza e da fome. Regiões afetadas por guerras ou crises políticas frequentemente sofrem com a destruição de infraestruturas essenciais, como hospitais, escolas e redes de abastecimento de alimentos. O deslocamento forçado de populações devido a conflitos também agrava a situação, pois impede que as pessoas tenham acesso a trabalho, educação e alimentos. Nesses cenários, a fome se torna uma ameaça constante, uma vez que a produção agrícola pode ser comprometida e a ajuda humanitária pode ser insuficiente para atender a todas as necessidades.

As mudanças climáticas e os desastres naturais também desempenham um papel importante no agravamento da pobreza e da fome. A desertificação, o aumento da frequência de secas e enchentes e a degradação do solo reduzem a capacidade de produção agrícola em muitas regiões, afetando diretamente a segurança alimentar das populações. Pequenos agricultores, que dependem da agricultura de subsistência, são os mais afetados por essas mudanças, pois não possuem recursos para investir em tecnologias agrícolas mais resilientes. A instabilidade climática, aliada à falta de acesso a recursos financeiros e assistência técnica, contribui para o aumento da vulnerabilidade dessas populações.

A compreensão dessas causas estruturais mostra que a pobreza e a fome não são apenas problemas individuais, mas sim desafios sistêmicos que exigem soluções coordenadas e abrangentes. O enfrentamento desses problemas requer políticas públicas eficazes, investimentos em educação e geração de emprego, além de estratégias para mitigar os impactos ambientais e promover a paz e a estabilidade política. No próximo tópico, serão abordadas as principais estratégias adotadas por governos, organizações internacionais e a sociedade civil para combater a pobreza e a fome em diferentes partes do mundo.

Estratégias para o Combate à Pobreza e à Fome

A erradicação da pobreza e da fome exige ações coordenadas e políticas públicas eficazes que enfrentem as causas estruturais desses problemas. Governos, organizações internacionais e a sociedade civil desempenham papéis fundamentais na implementação de estratégias voltadas para a redução das desigualdades e a garantia do acesso a recursos essenciais. Entre as principais abordagens adotadas estão os programas de transferência de renda, o investimento em educação e qualificação profissional, o fortalecimento da segurança alimentar, o desenvolvimento sustentável e a promoção da inclusão social e econômica.

Os programas de transferência de renda têm sido amplamente utilizados como uma estratégia eficaz para reduzir a pobreza extrema. Esses programas fornecem assistência financeira direta a famílias de baixa renda, garantindo que tenham acesso a alimentos, moradia e serviços básicos. Em diversos países, iniciativas como o Bolsa Família no Brasil, o Programa Oportunidades no México e o SNAP (Supplemental Nutrition Assistance Program) nos Estados Unidos demonstraram impactos positivos na melhoria da qualidade de vida das populações mais vulneráveis. Além de fornecer alívio imediato, esses programas muitas vezes incluem condicionalidades, como a exigência de que crianças frequentem a escola e recebam acompanhamento médico, promovendo um ciclo de desenvolvimento sustentável.

O investimento em educação e qualificação profissional também desempenha um papel essencial na redução da pobreza. Garantir que crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade é fundamental para romper o ciclo intergeracional da pobreza. Além disso, programas de capacitação profissional voltados para adultos em situação de vulnerabilidade podem ampliar suas oportunidades de emprego, permitindo maior inclusão no mercado de trabalho formal. Políticas que incentivam a educação técnica e superior, bem como a criação de incentivos para empresas contratarem trabalhadores de baixa renda, contribuem significativamente para a melhoria das condições socioeconômicas.

Outro aspecto crucial no combate à fome e à insegurança alimentar é o fortalecimento da produção e distribuição de alimentos. A implementação de políticas agrícolas voltadas para pequenos produtores, o incentivo ao uso de tecnologias sustentáveis na agricultura e a criação de estoques reguladores de alimentos são estratégias que ajudam a garantir o abastecimento e a estabilização dos preços dos produtos básicos. Além disso, programas de alimentação escolar e bancos de alimentos desempenham um papel importante na redução da fome, garantindo que populações em situação de vulnerabilidade tenham acesso a refeições nutritivas.

O desenvolvimento sustentável é uma estratégia essencial para garantir que a erradicação da pobreza e da fome seja duradoura. A degradação ambiental, as mudanças climáticas e a exploração descontrolada de recursos naturais afetam diretamente a segurança alimentar e a economia de países em desenvolvimento. Investimentos em práticas agrícolas sustentáveis, energias renováveis e conservação ambiental são fundamentais para assegurar que as gerações futuras tenham acesso a recursos essenciais. Além disso, a implementação de políticas de adaptação às mudanças climáticas ajuda a proteger comunidades vulneráveis contra desastres naturais e crises ambientais que possam comprometer sua subsistência.

A promoção da inclusão social e econômica é outro fator essencial para reduzir a desigualdade e garantir que todas as camadas da sociedade tenham acesso a oportunidades. Políticas de equidade de gênero, combate à discriminação racial e inclusão de grupos historicamente marginalizados no mercado de trabalho são medidas que fortalecem o desenvolvimento social e econômico. Além disso, investimentos em infraestrutura, como saneamento básico, acesso à água potável e transporte público, são fundamentais para melhorar a qualidade de vida da população e reduzir as disparidades entre diferentes regiões.

Por fim, a erradicação da pobreza e da fome requer uma abordagem global e colaborativa. Organizações como a ONU, o Banco Mundial e o Programa Mundial de Alimentos desempenham um papel fundamental na coordenação de esforços internacionais para mitigar esses problemas. A cooperação entre países, o compartilhamento de boas práticas e o financiamento de projetos de desenvolvimento são estratégias indispensáveis para garantir avanços significativos nessa área.

Embora o combate à pobreza e à fome seja um desafio complexo, os avanços já alcançados demonstram que é possível reduzir significativamente esses problemas por meio de políticas eficazes e investimentos em áreas estratégicas. A continuidade dessas iniciativas e o compromisso global com a erradicação da pobreza extrema são essenciais para garantir um futuro mais justo e sustentável para todos.

MUNDO DO TRABALHO

O mundo do trabalho é um conceito dinâmico e em constante transformação, influenciado por fatores econômicos, tecnológicos, sociais e culturais. Ao longo da história, as relações de trabalho evoluíram significativamente, passando de um modelo predominantemente agrário para sociedades industrializadas e, mais recentemente, para uma economia baseada no conhecimento e na tecnologia. Atualmente, o mercado de trabalho é

caracterizado por rápidas mudanças, impulsionadas pela globalização, pela automação e pela digitalização, exigindo que trabalhadores e empresas se adaptem constantemente a novas demandas e realidades.

A forma como o trabalho é organizado e as expectativas sobre carreiras e profissões também sofreram modificações significativas. No passado, a estabilidade em um único emprego ao longo da vida era uma característica desejável, enquanto hoje a flexibilidade e a capacidade de aprendizado contínuo são fatores essenciais para a empregabilidade. Além disso, as relações de trabalho passaram por mudanças importantes, incluindo a ampliação do trabalho remoto, o crescimento da economia gig (trabalho sob demanda) e a valorização de habilidades socioemocionais.

Outro aspecto central do mundo do trabalho é a relação entre qualificação profissional e oportunidades de inserção no mercado. A exigência por capacitação técnica e formação acadêmica tornou-se cada vez mais relevante, ao mesmo tempo em que surgem novas profissões e funções antes inexistentes. O avanço tecnológico e a automação, embora proporcionem maior eficiência, também levantam desafios relacionados à substituição de empregos tradicionais por máquinas e inteligência artificial, tornando essencial a adaptação da força de trabalho.

Compreender as mudanças no mundo do trabalho é fundamental para indivíduos, empresas e governos, pois impactam diretamente a economia, a produtividade e o bem-estar social. Ao longo deste estudo, serão exploradas as transformações do mercado de trabalho, os desafios enfrentados pelos trabalhadores e as estratégias para adaptação e crescimento profissional em um cenário em constante evolução.

Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho

O mundo do trabalho passou por diversas transformações ao longo da história, impulsionadas pelo avanço tecnológico, pela globalização e pelas mudanças nas relações sociais e econômicas. Se antes o trabalho era caracterizado por estruturas rígidas e carreiras lineares, hoje há uma maior diversidade de formatos de emprego, novas exigências de qualificação e um ambiente de alta competitividade. Essas mudanças trazem oportunidades, mas também desafios significativos para trabalhadores, empresas e governos.

Uma das transformações mais marcantes no mercado de trabalho é a digitalização e a automação de processos produtivos. O desenvolvimento de tecnologias avançadas, como inteligência artificial, robótica e big data, tem impactado praticamente todos os setores da economia, tornando muitos processos mais eficientes e reduzindo a necessidade de mão de obra em algumas áreas. Profissões tradicionais têm sido substituídas ou reformuladas, exigindo que os trabalhadores desenvolvam novas habilidades para se manterem competitivos. Ao mesmo tempo, o avanço tecnológico cria novas oportunidades, gerando empregos em setores como ciência de dados, desenvolvimento de software, marketing digital e engenharia da computação.

A globalização também teve um papel fundamental na redefinição do mundo do trabalho. Com a expansão das cadeias produtivas internacionais, muitas empresas passaram a terceirizar serviços para diferentes países, reduzindo custos e aumentando a competitividade. Esse fenômeno levou ao crescimento de empregos remotos e à necessidade de domínio de idiomas e competências interculturais para atuar em um ambiente globalizado.

No entanto, a globalização também gerou desafios, como a precarização de alguns empregos e a concentração de renda em determinados setores, ampliando desigualdades socioeconômicas.

Outro fator que tem influenciado profundamente o mercado de trabalho é a ascensão da chamada “economia gig”, caracterizada pelo trabalho sob demanda, temporário ou freelance. Plataformas digitais como Uber, Airbnb e aplicativos de entrega transformaram a forma como muitas pessoas trabalham, oferecendo flexibilidade e autonomia. No entanto, essa nova dinâmica levanta questões sobre a falta de proteção social, a ausência de benefícios tradicionais, como aposentadoria e seguro-saúde, e a instabilidade financeira dos trabalhadores que dependem desse tipo de ocupação.

Além das mudanças estruturais, há uma crescente valorização das chamadas soft skills, ou habilidades socioemocionais. Se antes o foco estava apenas em conhecimentos técnicos, hoje as empresas buscam profissionais que demonstrem habilidades como pensamento crítico, inteligência emocional, comunicação eficaz e capacidade de trabalho em equipe. Em um ambiente dinâmico e em constante evolução, a adaptabilidade tornou-se uma das competências mais valorizadas, pois permite que os trabalhadores lidem melhor com mudanças e desafios inesperados.

A relação entre empregadores e empregados também tem se modificado. Com a crescente adoção do trabalho remoto e híbrido, as empresas precisam encontrar formas de manter a produtividade e o engajamento dos funcionários, ao mesmo tempo em que oferecem maior flexibilidade. Modelos tradicionais de gestão, baseados no controle rígido da jornada de trabalho, estão sendo substituídos por abordagens focadas na entrega de resultados e na qualidade do desempenho. Essa transformação trouxe benefícios, como a redução do tempo de deslocamento e maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional, mas também desafios, como a dificuldade de estabelecer limites entre o tempo de trabalho e o descanso.

Outro grande desafio no mundo do trabalho é a inclusão e a diversidade no ambiente corporativo. As discussões sobre equidade de gênero, representatividade racial e acessibilidade para pessoas com deficiência tornaram-se cada vez mais presentes, e muitas empresas têm implementado políticas para garantir ambientes de trabalho mais inclusivos. No entanto, ainda há barreiras significativas a serem superadas, especialmente em setores historicamente dominados por grupos específicos.

Diante dessas transformações e desafios, trabalhadores e empresas precisam adotar estratégias de adaptação para garantir a sustentabilidade de suas carreiras e negócios. O desenvolvimento contínuo de competências, a busca por inovação e a capacidade de se reinventar são elementos essenciais para prosperar em um cenário em constante mudança. No próximo tópico, serão abordadas as principais estratégias e tendências para enfrentar os desafios do mundo do trabalho e aproveitar as oportunidades criadas por essas transformações.

Estratégias e Tendências para a Adaptação no Mundo do Trabalho

Diante das transformações e desafios do mundo do trabalho, tanto profissionais quanto empresas precisam adotar estratégias eficazes para se manterem competitivos e preparados para as exigências do mercado. O avanço tecnológico, a globalização, a economia digital e as novas dinâmicas de emprego exigem uma mentalidade de adaptação contínua, onde a atualização de ha-

bilidades e o desenvolvimento de novas competências se tornam fundamentais para garantir empregabilidade e crescimento profissional. Além disso, a capacidade de inovar, a busca por modelos de trabalho mais flexíveis e a valorização do bem-estar dos trabalhadores são tendências que moldam o futuro do trabalho.

Uma das estratégias mais importantes para os profissionais no cenário atual é o aprendizado contínuo. O conceito de life-long learning (aprendizado ao longo da vida) tornou-se essencial, pois as profissões e habilidades exigidas pelo mercado estão em constante evolução. A qualificação não se limita mais à educação formal, mas também inclui cursos online, certificações específicas, participação em workshops e treinamentos corporativos. O desenvolvimento de competências digitais é um diferencial cada vez mais relevante, visto que a tecnologia permeia todas as áreas profissionais.

Além das habilidades técnicas, as soft skills continuam sendo um fator determinante para o sucesso profissional. A capacidade de comunicação, o pensamento crítico, a resiliência e a inteligência emocional são características altamente valorizadas por empregadores, pois ajudam os profissionais a lidar melhor com mudanças, resolver problemas e interagir de maneira eficaz com equipes multidisciplinares. A colaboração e a adaptabilidade são especialmente importantes em um mundo do trabalho onde a inovação e a criatividade são essenciais para a solução de desafios complexos.

Outra tendência que tem se consolidado é a flexibilização das jornadas de trabalho. O modelo tradicional de expediente fixo em escritórios está sendo substituído por formatos híbridos e remotos, permitindo maior equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Empresas que adotam esse tipo de flexibilização observam benefícios como aumento da produtividade, redução de custos operacionais e maior satisfação dos funcionários. No entanto, para que essa transição seja bem-sucedida, é necessário estabelecer políticas claras de gestão do tempo, comunicação eficiente e definição de metas e resultados.

O crescimento da economia digital e do trabalho autônomo também abre novas possibilidades para profissionais que buscam independência e flexibilidade. A expansão do trabalho freelancer, startups e empreendedorismo digital permite que indivíduos explorem diferentes fontes de renda e diversifiquem suas atividades profissionais. Plataformas online possibilitam a conexão entre empresas e trabalhadores autônomos de diversas partes do mundo, ampliando oportunidades de negócios. No entanto, esse modelo também exige uma postura mais estratégica por parte dos profissionais, que precisam desenvolver habilidades de autogestão, marketing pessoal e planejamento financeiro para garantir estabilidade.

Para as empresas, a inovação e a transformação digital são fatores-chave para se manterem competitivas no mercado. Investir em tecnologias emergentes, automação e inteligência artificial não apenas melhora a eficiência operacional, mas também cria novos modelos de negócio e amplia o alcance das organizações. Além disso, a valorização da diversidade e inclusão nas equipes tem se mostrado uma estratégia eficaz para fomentar ambientes mais criativos e produtivos. Empresas que promovem diversidade cultural, equidade de gênero e acessibilidade tendem a apresentar melhores resultados e maior engajamento dos funcionários.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

FAMÍLIA DE SISTEMAS OPERACIONAIS MICROSOFT WINDOWS PARA MICROCOMPUTADORES PESSOAIS: INTERFACE GRÁFICA DO USUÁRIO E SEUS ELEMENTOS, ALÉM DA UTILIZAÇÃO DA AJUDA E SUPORTE E DOS ATALHOS DE TECLADO; CONFIGURAÇÕES E PAINEL DE CONTROLE, ABRANGENDO A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS; APLICATIVOS PERTENCENTES AO WINDOWS (BLOCO DE NOTAS, PAINT, WORDPAD E MAPA DE CARACTERES)

O Windows é o sistema operacional mais popular do mundo, sendo usado em desktops, laptops, tablets e smartphones. O Windows surgiu em 1985 como uma interface gráfica para o MS-DOS, e desde então evoluiu com diversas versões. Vejamos algumas dessas versões:

WINDOWS XP

O Windows XP é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft. Sua primeira versão foi lançada em 2001, podendo ser encontrado na versão Home (para uso doméstico) ou Professional (mais recursos voltados ao ambiente corporativo).

A função do XP consiste em comandar todo o trabalho do computador através de vários aplicativos que ele traz consigo, oferecendo uma interface de interação com o usuário bastante rica e eficiente.

O XP embute uma porção de acessórios muito úteis como: editor de textos, programas para desenho, programas de entretenimento (jogos, música e vídeos), acesso à internet e gerenciamento de arquivos.



Inicialização do Windows XP.

Ao iniciar o Windows XP a primeira tela que temos é tela de logon, nela, selecionamos o usuário que irá utilizar o computador¹.



Tela de Logon.

Ao entrarmos com o nome do usuário, o Windows efetuará o Logon (entrada no sistema) e nos apresentará a área de trabalho

Área de Trabalho



Área de trabalho do Windows XP.

1 <https://docente.ifrn.edu.br/moisessouto/disciplinas/informatica-basica-1/apostilas/apostila-windows-xp/view>

Na Área de trabalho encontramos os seguintes itens:

Ícones

Figuras que representam recursos do computador, um ícone pode representar um texto, música, programa, fotos e etc. você pode adicionar ícones na área de trabalho, assim como pode excluir. Alguns ícones são padrão do Windows: Meu Computador, Meus Documentos, Meus Locais de Rede, Internet Explorer.



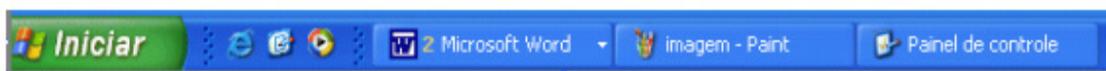
Alguns ícones de aplicativos no Windows XP.

Barra de tarefas

A barra de tarefas mostra quais as janelas estão abertas neste momento, mesmo que algumas estejam minimizadas ou ocultas sob outra janela, permitindo assim, alternar entre estas janelas ou entre programas com rapidez e facilidade.

A barra de tarefas é muito útil no dia a dia. Imagine que você esteja criando um texto em um editor de texto e um de seus colegas lhe pede para você imprimir uma determinada planilha que está em seu micro. Você não precisa fechar o editor de textos.

Apenas salve o arquivo que está trabalhando, abra a planilha e mande imprimir, enquanto imprime você não precisa esperar que a planilha seja totalmente impressa, deixe a impressora trabalhando e volte para o editor de textos, dando um clique no botão correspondente na Barra de tarefas e volte a trabalhar.



Barra de tarefas do Windows XP.

Botão Iniciar

É o principal elemento da Barra de Tarefas. Ele dá acesso ao Menu Iniciar, de onde se pode acessar outros menus que, por sua vez, acionam programas do Windows. Ao ser acionado, o botão Iniciar mostra um menu vertical com várias opções.



Botão Iniciar.

Alguns comandos do menu Iniciar têm uma seta para a direita, significando que há opções adicionais disponíveis em um menu secundário. Se você posicionar o ponteiro sobre um item com uma seta, será exibido outro menu.

O botão Iniciar é a maneira mais fácil de iniciar um programa que estiver instalado no computador, ou fazer alterações nas configurações do computador, localizar um arquivo, abrir um documento.

Menu Iniciar



Menu Iniciar.

O botão iniciar pode ser configurado. No Windows XP, você pode optar por trabalhar com o novo menu Iniciar ou, se preferir, configurar o menu Iniciar para que tenha a aparência das versões anteriores do Windows (95/98/Me). Clique na barra de tarefas com o botão direito do mouse e selecione propriedades e então clique na guia menu Iniciar.

Esta guia tem duas opções:

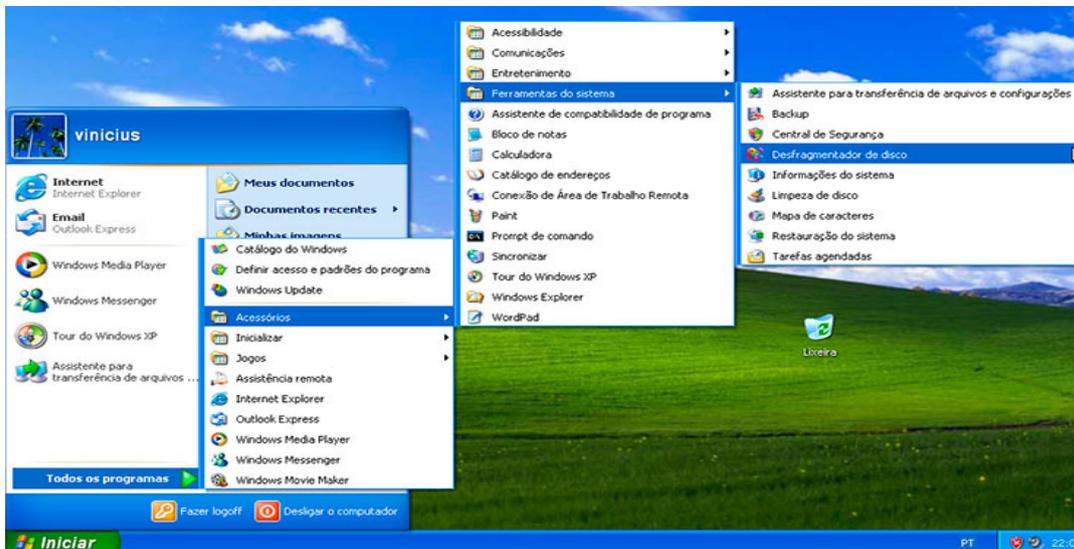
- **Menu iniciar:** oferece a você acesso mais rápido a e-mail e Internet, seus documentos, imagens e música e aos programas usados recentemente, pois estas opções são exibidas ao se clicar no botão Iniciar. Esta configuração é uma novidade do Windows XP
- **Menu Iniciar Clássico:** Deixa o menu Iniciar com a aparência das versões antigas do Windows, como o Windows ME, 98 e 95.



Propriedades de Barra de tarefas e do Menu Iniciar.

Todos os programas

O menu Todos os Programas, ativa automaticamente outro submenu, no qual aparecem todas as opções de programas. Para entrar neste submenu, arraste o mouse em linha reta para a direção em que o submenu foi aberto. Assim, você poderá selecionar o aplicativo desejado. Para executar, por exemplo, o desfragmentador de disco, basta posicionar o ponteiro do mouse sobre a opção Acessórios. O submenu Acessórios será aberto. Então aponte para Ferramentas de Sistemas e depois para Desfragmentador de disco.



Todos os programas.

ÉTICA NO SETOR PÚBLICO

Apenas uma recomendação à ética e integridade não seriam suficientes para que o setor público fosse de fato permeado por um comportamento de fato ético em toda sua extensão. Sendo assim, a postura ética dentro da função pública visa a obediência à uma série de regras estabelecidas em códigos de conduta por lei, como é o caso do Decreto de número 1.171, o código de ética do servidor público.

Um código de ética pode ser definido como um documento composto por regras sobre o tipo de comportamento que se é esperado de um grupo ou de um indivíduo, regido por valores e princípios morais aceitos pela sociedade como um todo. Em códigos de conduta e ética podemos observar regras que de enquadrar como deveres e princípios (deontologia), assim como proibições ou vedações, que é o caso para os servidores públicos.

Confira a seguir texto de lei referente ao Decreto nº 1.171:

DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994

Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, e ainda tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição, bem como nos arts. 116 e 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nos arts. 10, 11 e 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que com este baixa.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a Constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.

Parágrafo único. A constituição da Comissão de Ética será comunicada à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 1994, 173º da Independência e 106º da República.

ANEXO

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

CAPÍTULO I

SEÇÃO I DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

IV - A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

V - O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

VIII - Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

IX - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

X - Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

XI - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

XIII - O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação.

SEÇÃO II

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

a) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular;

b) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário;

c) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;

d) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;

e) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;

f) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;

g) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

h) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;

i) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;

j) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva;

l) ser assíduo e freqüente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;

m) comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;

n) manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;

o) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

p) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;

q) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;

r) cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem.

s) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito;

t) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

u) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

v) divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.

SEÇÃO III

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

XV - É vedado ao servidor público;

a) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;

b) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam;

c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão;

d) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;

e) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;

f) permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores;

g) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;

h) alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;

i) iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos;

j) desviar servidor público para atendimento a interesse particular;

l) retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público;

m) fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

n) apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente;

o) dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana;

p) exercer atividade profissional aléica ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso. (...)

Além dos tópicos que dizem respeito ao comportamento dos indivíduos que trabalham no setor público, o decreto também estabelece a necessidade de comissões de ética (grupos de pessoas que se reúnem a fim de estudar, debater ou analisar situações), compostas por funcionários públicos de cada órgão, para orientar e propor sugestões sobre a postura ética dos funcionários.

Confira um trecho do decreto sobre comissões:

Inciso XVI

Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

(...)

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES DE ÉTICA

XVI - Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

XVII — (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XVIII - À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

XIX - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XX - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XXI - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XXII - A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

XXIII - (Revogado pelo Decreto nº 6.029, de 2007)

XXIV - Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.

LEI Nº 8.429/1992 E SUAS ALTERAÇÕES

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 5º Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 6º Estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais, previstos no § 5º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 7º Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 8º Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (Vide ADI 7236)

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. No que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo

se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º As sanções desta Lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 4º (Revogado pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 5º (Revogado pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 6º (Revogado pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 7º Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 8º O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 8º-A A responsabilidade sucessória de que trata o art. 8º desta Lei aplica-se também na hipótese de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. Nas hipóteses de fusão e de incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação, exceto no caso de simulação ou de evidente intuito de fraude, devidamente comprovados. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

CAPÍTULO II

DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I

DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPOR TAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

I – receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

II – perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

Agente de Apoio ao Docente

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (*)

Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 1º, alínea “c” da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno,

em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

§ 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

§ 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

§ 4º A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

§ 5º As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

§ 6º É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

§ 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;

II - a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;

III - a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;

IV - o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;

V - o reconhecimento das especificidades étnicas, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;

VI - os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;

VII - a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

VIII - a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;

IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

X - a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

§ 2º Garantida a autonomia dos povos indígenas na escolha dos modos de educação de suas crianças de 0 a 5 anos de idade, as propostas pedagógicas para os povos que optarem pela Educação Infantil devem:

I - proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo;

II - reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças;

III - dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas sócio-culturais de educação e cuidado coletivos da comunidade;

IV - adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena.

§ 3º - As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem:

I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;

II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;

III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;

IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;

V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaciais temporais;

V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

Parágrafo único - As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências.

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Art. 11. Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

Art. 12. Cabe ao Ministério da Educação elaborar orientações para a implementação dessas Diretrizes.

Art. 13. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução CNE/CEB nº 1/99.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCN), publicadas pelo Ministério da Educação (MEC) em 2013, constituem um documento fundamental para orientar a organização, desenvolvimento e avaliação da educação básica no Brasil. Elaboradas pela Secretaria de Educação Básica (SEB), as diretrizes buscam estabelecer princípios e parâmetros que assegurem a qualidade e a equidade na oferta educacional em todo o território nacional.

Conceito e Finalidade das Diretrizes

As DCNs funcionam como um referencial normativo que orienta a elaboração e implementação dos currículos nos diferentes sistemas e instituições de ensino. Seu objetivo central é garantir uma educação inclusiva, democrática e de qualidade, que respeite as especificidades regionais e culturais do país, além de contribuir para a formação integral do indivíduo.

As diretrizes definem a educação básica como o conjunto articulado de etapas e modalidades de ensino que abrange:

- Educação Infantil,

- Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), e
- Ensino Médio.

Além disso, o documento reforça a articulação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a educação especial, a educação indígena e outras modalidades.

Princípios da Educação Básica

As DCNs estão fundamentadas em princípios que visam assegurar uma educação democrática e inclusiva, tais como:

- Igualdade de condições de acesso e permanência na escola.
- Qualidade na oferta educacional, com foco na aprendizagem significativa.
- Liberdade e pluralidade, garantindo respeito às diferenças culturais, regionais, étnicas e de gênero.
- Gestão democrática, com participação da comunidade escolar na tomada de decisões.
- Articulação entre educação, trabalho e cidadania, promovendo uma formação integral e crítica.

Esses princípios reforçam o compromisso com o desenvolvimento humano, social e econômico, além de preparar o estudante para a vida em sociedade.

Organização dos Níveis e Modalidades da Educação Básica

As diretrizes detalham a estrutura da educação básica, enfatizando as suas diferentes etapas:

Educação Infantil

Atende crianças de 0 a 5 anos, dividida em creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos). O foco é no desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, por meio de experiências lúdicas e significativas.

Ensino Fundamental

Organizado em dois ciclos:

- Anos iniciais: 1º ao 5º ano (alfabetização e letramento como bases fundamentais).
- Anos finais: 6º ao 9º ano (aprofundamento em áreas do conhecimento).

Ensino Médio

Consolidado como a etapa final da educação básica, deve articular formação geral e preparação para o mundo do trabalho, além de possibilitar o ingresso no ensino superior.

Modalidades Complementares

Além dos níveis regulares, as DCNs abrangem:

- Educação Especial (inclusiva e transversal).
- Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Educação do Campo, indígena e quilombola.

Articulação com Políticas Públicas e Direitos Fundamentais

As DCNs reforçam a necessidade de alinhamento com as políticas públicas educacionais, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e outras estratégias nacionais.

O documento também está embasado nos Direitos Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, como o direito à educação, à igualdade e ao pleno desenvolvimento da pessoa humana.

Há um foco especial em garantir:

- Acesso universal à escola.
- Permanência com qualidade.
- Redução das desigualdades educacionais.

Orientações Pedagógicas e Avaliação

A proposta pedagógica da educação básica deve considerar a interdisciplinaridade, a contextualização e a formação integral. As DCNs orientam que o currículo deve estar em constante diálogo com os contextos sociais e culturais dos alunos.

A avaliação da aprendizagem é destacada como uma prática contínua, cumulativa e diagnóstica, cujo foco principal é identificar as necessidades dos estudantes e garantir o desenvolvimento de suas competências e habilidades.

Prezado(a),

A fim de atender na íntegra o conteúdo do edital, este tópico será disponibilizado na Área do Aluno em nosso site. Essa área é reservada para a inclusão de materiais que complementam a apostila, sejam esses, legislações, documentos oficiais ou textos relacionados a este material, e que, devido a seu formato ou tamanho, não cabem na estrutura de nossas apostilas.

Por isso, para atender você da melhor forma, os materiais são organizados de acordo com o título do tópico a que se referem e podem ser acessados seguindo os passos indicados na página 2 deste material, ou por meio de seu login e senha na Área do Aluno.

Visto a importância das leis indicadas, lá você acompanha melhor quaisquer atualizações que surgirem depois da publicação da apostila.

Se preferir, indicamos também acesso direto ao arquivo pelo link a seguir: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

O processo de ensino-aprendizagem na infância é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. A interação entre o ambiente escolar, a mediação do professor e as experiências vivenciadas pela criança são determinantes para a construção do conhecimento.

► Teorias do Desenvolvimento Infantil e sua Relação com a Aprendizagem

A compreensão do desenvolvimento infantil é essencial para a elaboração de práticas pedagógicas eficazes. Diversos teóricos contribuíram para essa área, destacando-se Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon.

Teoria Cognitivista de Piaget:

Jean Piaget propôs que o desenvolvimento da criança ocorre por meio de estágios, nos quais ela constrói o conhecimento de forma ativa. Esses estágios são sensório-motor, pré-operatório,

operatório concreto e operatório formal. O professor deve respeitar esses períodos e propor atividades que estimulem o raciocínio lógico e a resolução de problemas.

Teoria Sociocultural de Vygotsky:

Lev Vygotsky enfatizou a influência do meio social e da linguagem no desenvolvimento da criança. Para ele, a aprendizagem ocorre primeiro no nível social, por meio da interação com os outros, e depois no nível individual. Conceitos como a zona de desenvolvimento proximal e a mediação do professor são essenciais para a prática pedagógica.

Teoria Psicogenética de Wallon:

Henri Wallon destacou a relação entre emoção, cognição e motricidade no desenvolvimento infantil. Ele defendeu que o aprendizado não ocorre de forma isolada, mas sim em um contexto que envolve a afetividade e a interação social.

► Métodos de Ensino e Abordagens Pedagógicas

A escolha dos métodos de ensino influencia diretamente a aprendizagem da criança. Diferentes abordagens pedagógicas podem ser aplicadas de acordo com os objetivos educacionais e as características da faixa etária.

Aprendizagem Ativa:

A aprendizagem ativa envolve a participação ativa da criança no processo educativo. Estratégias como a experimentação, resolução de problemas e projetos interdisciplinares favorecem o engajamento e a construção do conhecimento de forma significativa.

Ensino Lúdico:

O uso do lúdico na educação infantil estimula a criatividade, a socialização e a aprendizagem. Jogos, brincadeiras e atividades artísticas promovem um ambiente agradável e facilitam a assimilação dos conteúdos.

Metodologias Baseadas na Colaboração:

A aprendizagem cooperativa e a pedagogia de projetos são exemplos de abordagens que incentivam a colaboração entre os alunos. O trabalho em equipe permite que a criança desenvolva habilidades socioemocionais e aprimore sua compreensão dos conteúdos.

► O Papel do Professor no Processo de Ensino-Aprendizagem

O professor desempenha um papel fundamental na mediação do conhecimento e na criação de um ambiente favorável ao aprendizado.

Mediação e Intervenção Pedagógica:

A atuação do professor como mediador da aprendizagem implica observar as necessidades dos alunos e propor estratégias adequadas para cada situação. A personalização do ensino, levando em conta as diferenças individuais, contribui para um aprendizado mais eficaz.